

Aula 00

*TJ-RS (Analista Judiciário - Área
Administrativa) Passo Estratégico de
Contabilidade Pública*

Autor:
Alexandre Violato Peyeri

02 de Agosto de 2023

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Ibade	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Ibade	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	29
7) Noções Gerais - Lista de Questões Ibade	34
8) Noções Gerais - Gabarito Ibade	40
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	41



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	22,09%
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	20,35%
Receita Pública	17,44%
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	11,05%
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	9,30%
Balanco Patrimonial	5,81%
Introdução DCASP e Balanco Orçamentário	4,65%
Balanco Financeiro	3,49%
Demonstração das Variações Patrimoniais	2,91%
DFC e DMPL	2,91%



O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto e campo de aplicação	74,29
Regimes Orçamentário e Patrimonial	25,71



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

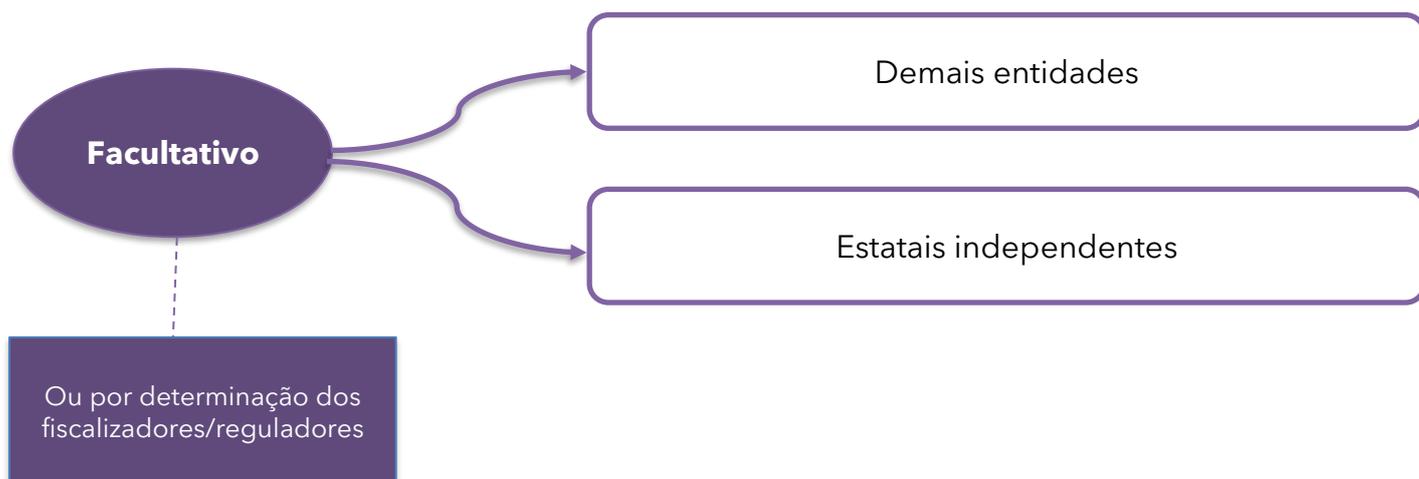
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

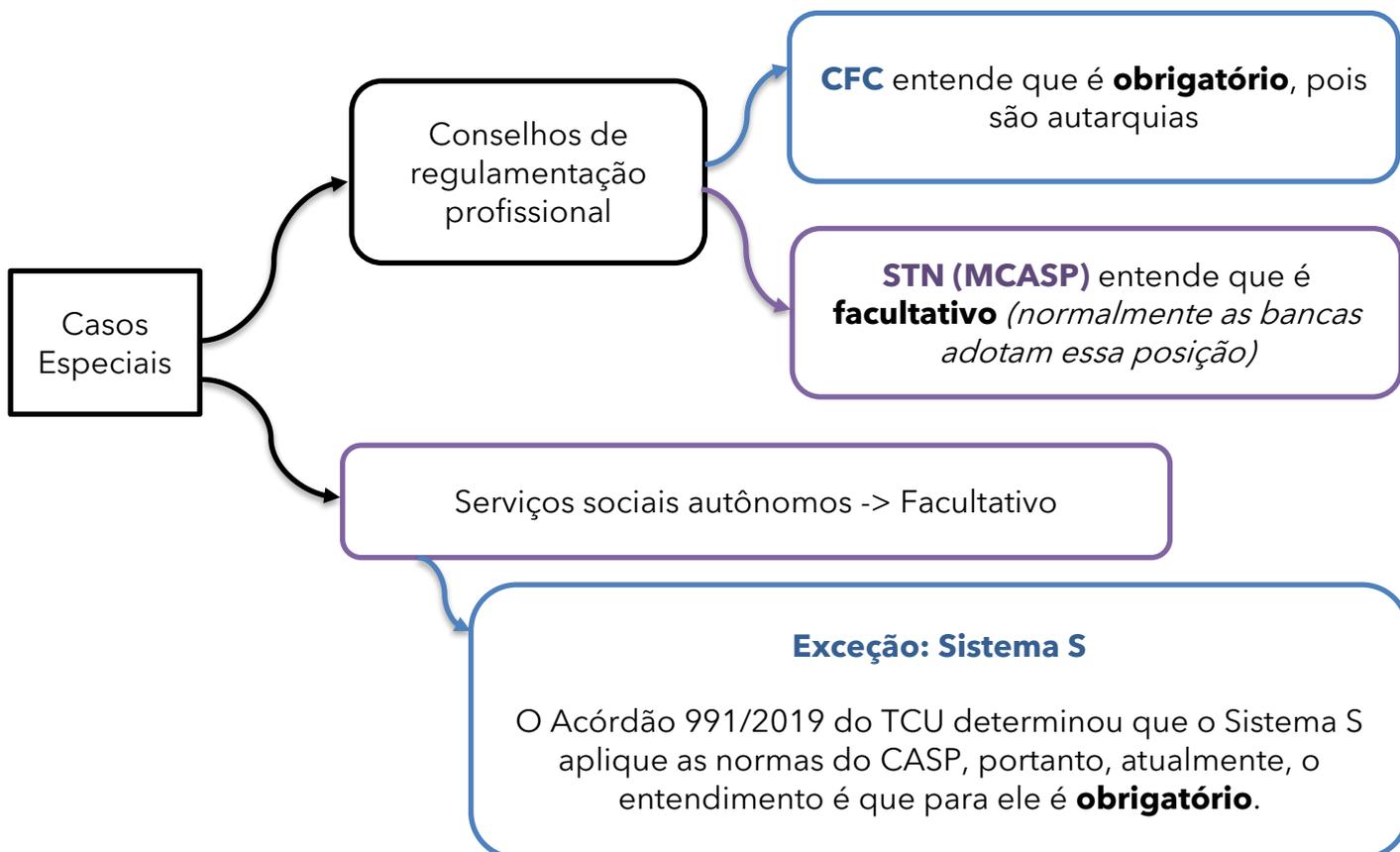
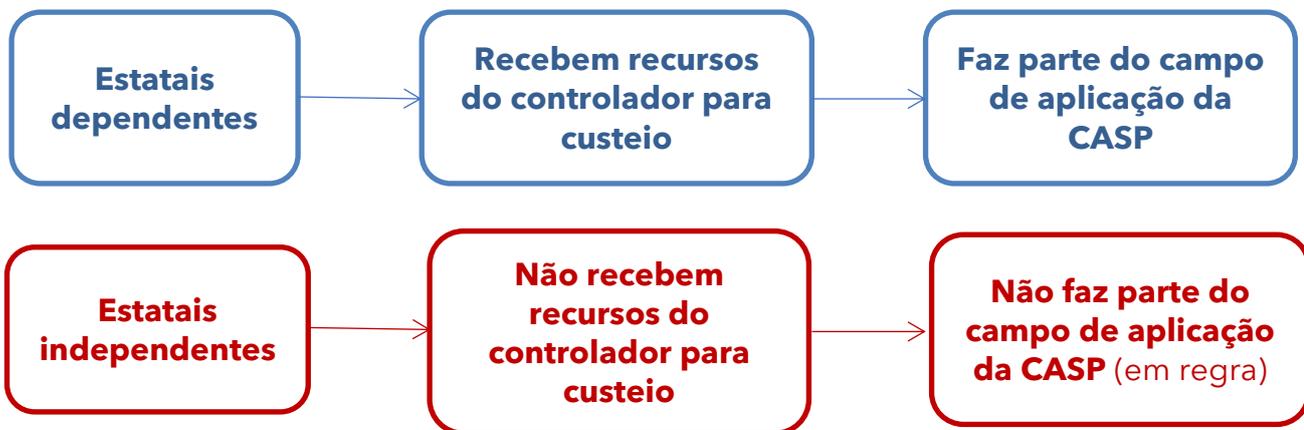
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).



ESQUEMATIZANDO





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



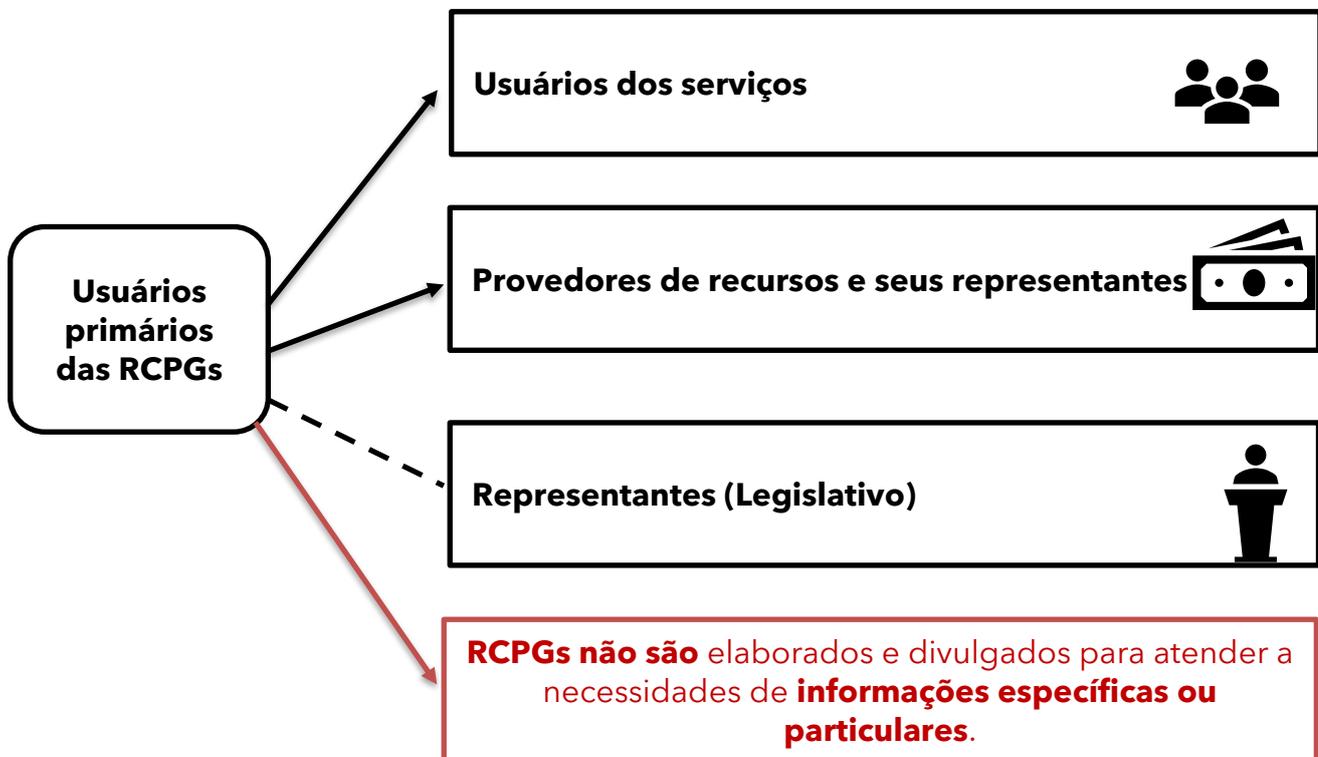
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

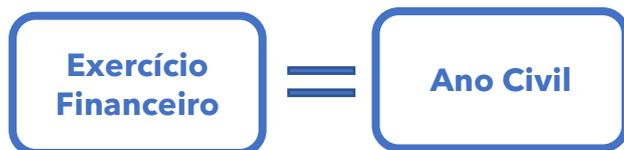
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

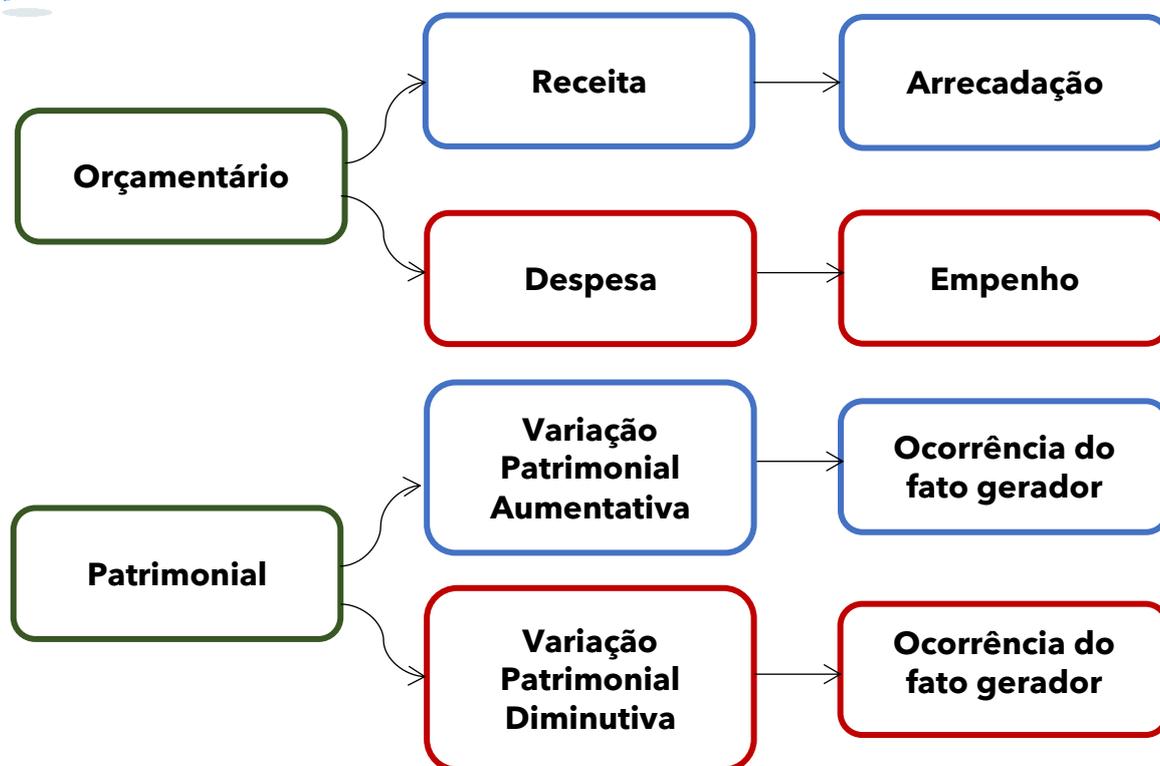
II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

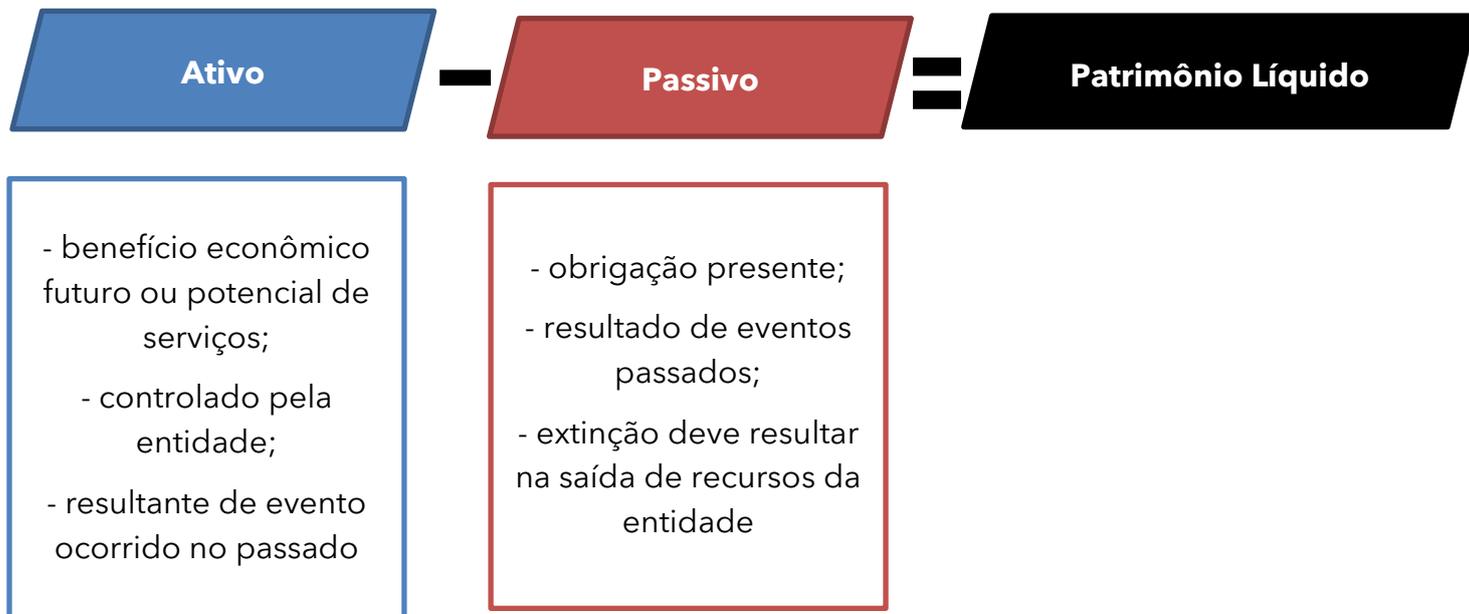
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

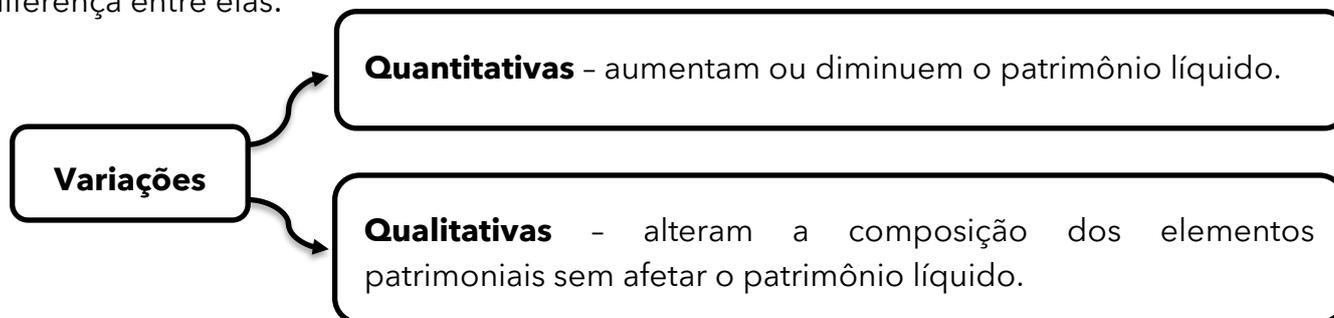
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



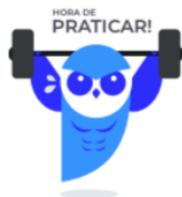
No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (Ibade/2022/Prefeitura de Colíder/Controlador Interno)

Assinale a alternativa que se refere ao objetivo das demonstrações contábeis das entidades do Setor Público.

- a) Analisar opções de política fiscal.
- b) Determinar o impacto sobre a economia.
- c) Comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.
- d) Prestação de contas e accountability.
- e) Definir as políticas fiscais e avaliar os seus impactos.

Comentários

O objetivo das demonstrações contábeis é a prestação de contas e *accountability*, conforme consta na alternativa D. Vejamos como consta essa definição na NBC TSP Estrutura Conceitual

Objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil

2.1 Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs **para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.**

2.2 A elaboração e a divulgação de informação contábil não são um fim em si mesmas. O propósito é o de fornecer informações úteis aos usuários dos RCPGs. Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil são determinados com base nos usuários dos RCPGs e suas necessidades de informações.

Gabarito: D

2. (Ibade/2020/Instituto de Previdência de Vila Velha/Analista Administrativo)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, tendo como objeto:

- a) a estrutura organizacional das esferas.



- b) a dívida externa do país.
- c) o que se entende por balanço patrimonial.
- d) o patrimônio público.
- e) as contas dos contratos públicos.

Comentários

Como vimos em nosso roteiro de revisão, o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público, o que nos leva, portanto, à letra D como gabarito.

Gabarito: D

3. (Ibade/2021/Câmara Municipal de Vila Velha/Contador)

“O conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou a exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações”. O texto acima faz referência ao:

- a) objetivo da Contabilidade Pública.
- b) campo de atuação da Contabilidade Pública.
- c) princípio fundamental da Contabilidade Pública.
- d) regime aplicado no setor público.
- e) objeto da Contabilidade Pública.

Comentários

O texto trazido no comando do enunciado traz a definição de Patrimônio Público, o qual, por sua vez, é o objeto da Contabilidade Pública, de forma que, portanto, chegamos à letra D como gabarito da questão.

Gabarito: E

4. (Ibade/2023/Fundação Faceli/Contador)

O Conceito faz parte das características qualitativas da informação contábil: De modo a entender que é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

- O texto se refere a(o):
- a) relevância.



- b) representação fidedigna.
- c) compreensibilidade.
- d) tempestividade.
- e) comparabilidade.

Comentários

O enunciado traz a característica qualitativa da compreensibilidade, a qual permite aos usuários compreender o seu significado e é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta, portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

5. (Ibade/2022/Prefeitura de Colíder/Controlador Interno)

A característica qualitativa da informação contábil que consiste em ajudar a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar é chamada de:

- a) comparabilidade.
- b) verificabilidade.
- c) compreensibilidade.
- d) representação fidedigna.
- e) relevância.

Comentários

O enunciado traz a definição da característica qualitativa da verificabilidade, nos termos definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual:

Verificabilidade

3.26 A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que:

- (a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou



(b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Tome cuidado para não confundir com a característica qualitativa da representação fidedigna, a qual é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Representação fidedigna

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Gabarito: B

6. (Ibade/2022/Prefeitura de Barra de São Francisco/Auditor Público Interno)

“As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.”

A qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar, se refere a qual característica qualitativa?

- a) Comparabilidade.
- b) Representação fidedigna.
- c) Compreensibilidade.
- d) Verificabilidade.
- e) Relevância.

Comentários

A questão traz a característica qualitativa da verificabilidade, qualidade que ajuda a **assegurar** aos usuários que a informação representação fielmente os fenômenos. Reforçando com a literalidade na NBC TSP Estrutura Conceitual:

Verificabilidade

3.26 A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a **assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar**. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo,



algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que:

- (a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- (b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Gabarito: D

7. (Ibade/2019/IF RO/Técnico Administrativo)

Na prática, pode não ser possível ter certeza ou saber se a informação apresentada nos RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está completa, neutra e livre de erro material. Entretanto, a informação deve estar completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível. O texto faz referência a qual característica qualitativa?

- a) Relevância.
- b) Clareza.
- c) Tempestividade.
- d) Comparabilidade.
- e) Fidedignidade.

Comentários

A representação fidedigna, ou fidedignidade, é a característica qualitativa associada ao fato de a informação estar completa, neutra e livre de erro material, conforme NBC TSP Estrutura Conceitual:

Representação fidedigna

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Com isso, chegamos à letra E como gabarito.

Gabarito: E



8. (Ibade/2021/Câmara Municipal de Vila Velha/Auditor Interno)

O artigo 35 da Lei nº 4.320/64 estabelece que pertencem ao exercício financeiro “as receitas nele arrecadadas”. Esse fragmento da Lei nº 4.320/64 faz referência ao enfoque.

- a) Patrimonial.
- b) Financeiro.
- c) Orçamentário.
- d) Econômico.
- e) Fiscal.

Comentários

O fragmento trazido no comando da questão faz referência ao enfoque orçamentário, segundo o qual as receitas são reconhecidas na arrecadação e as despesas no empenho. Com isso, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

9. (Ibade/2020/Prefeitura de Ministro Andreazza/Auditor de Controle Interno)

Uma das alternativas abaixo identifica o melhor tratamento das receitas e as despesas, na Contabilidade Pública, sob o enfoque orçamentário. Trata-se da alternativa:

- a) Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de caixa.
- b) Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- c) Somente as despesas são reconhecidas pelo regime de caixa.
- d) Somente as receitas são reconhecidas pelo regime de competência.
- e) As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

Comentários

No enfoque orçamentário, conforme artigo 35 da Lei nº 4.320/64, as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho), sendo, portanto, a alternativa E o gabarito da questão.

Gabarito: E

10. (Ibade/2019/IF RO/Técnico em Contabilidade)

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN vem aos poucos inserindo na contabilidade pública critérios contábeis aplicados no âmbito das empresas privadas. Ela divide o reconhecimento da despesa quanto aos enfoques patrimonial e orçamentário. Uma ação abaixo descrita não se alinha com o reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial.



- a) Princípio da oportunidade.
- b) Princípio da competência.
- c) Empenho da despesa.
- d) Reconhecida independente do pagamento.
- e) Reconhecimento mesmo pendente de autorização legislativa.

Comentários

O empenho da despesa está relacionado ao enfoque orçamentário, correspondendo ao momento em que é reconhecida a despesa orçamentária. Dessa forma, o gabarito é a letra C.

Gabarito: C

11.(Ibade/2019/Prefeitura de Jarú/Contador)

No Brasil as normas de finanças e contabilidade pública são definidas na Lei nº 4320/1964. Com base nessa norma o tipo de regime contábil adotado na contabilidade pública é o:

- a) regime misto.
- b) regime de caixa.
- c) regime de competência.
- d) regime de caixa para despesas.
- e) regime de competência para receitas.

Comentários

O regime adotado pela Lei nº 4.320/64 é o regime misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho). A alternativa correta, portanto, é a letra A.

Gabarito: A

12.(Ibade/2019/JARU-Previ/Contador)

O regime contábil adotado pela administração pública é o regime:

- a) de competência.
- b) misto.
- c) de caixa.
- d) de caixa para as despesas e de competência para as receitas.
- e) único.



Comentários

Quando o enunciado disser apenas “regime contábil”, ele estará se referindo ao regime patrimonial, segundo o qual as receitas e as despesas são reconhecidas conforme o fato gerador, adotando-se, portanto, o regime de competência, conforme alternativa A.

Cabe acrescentar que no regime orçamentário, adotado pela Lei nº 4.320/64, é que o regime adotado é o misto. Veja que a questão anterior disse “regime contábil adotado pela Lei nº 4.320/64” e o gabarito era o regime misto, até porque a Lei não traz o regime patrimonial. Contudo, quando a questão citar somente “regime contábil”, como foi o caso desta, ela provavelmente estará tratando do patrimonial.

Gabarito: A

13.(Ibade/2019/Prefeitura de Aracruz/Auditor de Controle Interno)

A Lei nº 4.320/64 estatui normas de finanças e contabilidade pública, e permite que as empresas públicas se utilizem principalmente do regime contábil:

- a) de caixa.
- b) de competência.
- c) misto.
- d) de contrapartidas.
- e) de partidas simples.

Comentários

Novamente, a questão pergunta o regime adotado pela Lei nº 4.320/64, o qual, como vimos, é o misto, em que as receitas são reconhecidas na arrecadação (caixa) e as despesas no empenho (competência), sendo a letra C o gabarito.

Gabarito: C

14.(Ibade/2018/Instituto de Previdência de João Pessoa/Técnico Previdenciário)

O artigo 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, em seu inciso II, estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele empenhadas”. O trecho em destaque estabelece que as despesas orçamentárias, serão consideradas:

- a) executadas pelo regime de caixa.
- b) pagas pelo regime de competência.
- c) liquidadas pelo regime de caixa.
- d) executadas pelo regime de competência.
- e) liquidadas pelo regime de competência



Comentários

O trecho destacado indica que as despesas serão executadas pelo regime de competência, já que são reconhecidas independentemente do pagamento, o que nos leva à letra D como gabarito.

Cabe acrescentar que a liquidação e o pagamento, trazidos nas letras E e B, são estágios posteriores da despesa.

Gabarito: D

15.(Ibade/2018/Prefeitura de Ji-Paraná/Contador)

A alternativa, a seguir, que apresenta como são tratados, no regime orçamentário, respectivamente, as receitas e as despesas públicas é:

- a) caixa e competência.
- b) competência e caixa.
- c) orçamentário e patrimonial.
- d) competência e competência.
- e) patrimonial e orçamentário.

Comentários

Observe como essa cobrança é recorrente pela banca. No regime orçamentário, as receitas são tratadas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo de competência (empenho), sendo, portanto, a letra A o gabarito.

Gabarito: A



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

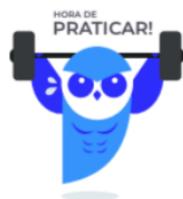
Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (Ibade/2022/Prefeitura de Colíder/Controlador Interno)

Assinale a alternativa que se refere ao objetivo das demonstrações contábeis das entidades do Setor Público.

- a) Analisar opções de política fiscal.
- b) Determinar o impacto sobre a economia.
- c) Comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.
- d) Prestação de contas e accountability.
- e) Definir as políticas fiscais e avaliar os seus impactos.

2. (Ibade/2020/Instituto de Previdência de Vila Velha/Analista Administrativo)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, tendo como objeto:

- a) a estrutura organizacional das esferas.
- b) a dívida externa do país.
- c) o que se entende por balanço patrimonial.
- d) o patrimônio público.
- e) as contas dos contratos públicos.

3. (Ibade/2021/Câmara Municipal de Vila Velha/Contador)

“O conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou a exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações”. O texto acima faz referência ao:



- a) objetivo da Contabilidade Pública.
- b) campo de atuação da Contabilidade Pública.
- c) princípio fundamental da Contabilidade Pública.
- d) regime aplicado no setor público.
- e) objeto da Contabilidade Pública.

4. (Ibade/2023/Fundação Faceli/Contador)

O Conceito faz parte das características qualitativas da informação contábil: De modo a entender que é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

O texto se refere a(o):

- a) relevância.
- b) representação fidedigna.
- c) compreensibilidade.
- d) tempestividade.
- e) comparabilidade.

5. (Ibade/2022/Prefeitura de Colíder/Controlador Interno)

A característica qualitativa da informação contábil que consiste em ajudar a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar é chamada de:

- a) comparabilidade.
- b) verificabilidade.
- c) compreensibilidade.
- d) representação fidedigna.
- e) relevância.



6. (Ibade/2022/Prefeitura de Barra de São Francisco/Auditor Público Interno)

“As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.”

A qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar, se refere a qual característica qualitativa?

- a) Comparabilidade.
- b) Representação fidedigna.
- c) Compreensibilidade.
- d) Verificabilidade.
- e) Relevância.

7. (Ibade/2019/IF RO/Técnico Administrativo)

Na prática, pode não ser possível ter certeza ou saber se a informação apresentada nos RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está completa, neutra e livre de erro material. Entretanto, a informação deve estar completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível. O texto faz referência a qual característica qualitativa?

- a) Relevância.
- b) Clareza.
- c) Tempestividade.
- d) Comparabilidade.
- e) Fidedignidade.

8. (Ibade/2021/Câmara Municipal de Vila Velha/Auditor Interno)

O artigo 35 da Lei nº 4.320/64 estabelece que pertencem ao exercício financeiro “as receitas nele arrecadadas”. Esse fragmento da Lei nº 4.320/64 faz referência ao enfoque.

- a) Patrimonial.
- b) Financeiro.
- c) Orçamentário.
- d) Econômico.
- e) Fiscal.



9. (Ibade/2020/Prefeitura de Ministro Andreazza/Auditor de Controle Interno)

Uma das alternativas abaixo identifica o melhor tratamento das receitas e as despesas, na Contabilidade Pública, sob o enfoque orçamentário. Trata-se da alternativa:

- a) Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de caixa.
- b) Receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- c) Somente as despesas são reconhecidas pelo regime de caixa.
- d) Somente as receitas são reconhecidas pelo regime de competência.
- e) As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

10.(Ibade/2019/IF RO/Técnico em Contabilidade)

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN vem aos poucos inserindo na contabilidade pública critérios contábeis aplicados no âmbito das empresas privadas. Ela divide o reconhecimento da despesa quanto aos enfoques patrimonial e orçamentário. Uma ação abaixo descrita não se alinha com o reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial.

- a) Princípio da oportunidade.
- b) Princípio da competência.
- c) Empenho da despesa.
- d) Reconhecida independente do pagamento.
- e) Reconhecimento mesmo pendente de autorização legislativa.

11.(Ibade/2019/Prefeitura de Jarú/Contador)

No Brasil as normas de finanças e contabilidade pública são definidas na Lei nº 4320/1964. Com base nessa norma o tipo de regime contábil adotado na contabilidade pública é o:

- a) regime misto.
- b) regime de caixa.
- c) regime de competência.
- d) regime de caixa para despesas.
- e) regime de competência para receitas.



12.(Ibade/2019/JARU-Previ/Contador)

O regime contábil adotado pela administração pública é o regime:

- a) de competência.
- b) misto.
- c) de caixa.
- d) de caixa para as despesas e de competência para as receitas.
- e) único.

13.(Ibade/2019/Prefeitura de Aracruz/Auditor de Controle Interno)

A Lei nº 4.320/64 estatui normas de finanças e contabilidade pública, e permite que as empresas públicas se utilizem principalmente do regime contábil:

- a) de caixa.
- b) de competência.
- c) misto.
- d) de contrapartidas.
- e) de partidas simples.

14.(Ibade/2018/Instituto de Previdência de João Pessoa/Técnico Previdenciário)

O artigo 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, em seu inciso II, estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele empenhadas”. O trecho em destaque estabelece que as despesas orçamentárias, serão consideradas:

- a) executadas pelo regime de caixa.
- b) pagas pelo regime de competência.
- c) liquidadas pelo regime de caixa.
- d) executadas pelo regime de competência.
- e) liquidadas pelo regime de competência



15.(Ibade/2018/Prefeitura de Ji-Paraná/Contador)

A alternativa, a seguir, que apresenta como são tratados, no regime orçamentário, respectivamente, as receitas e as despesas públicas e:

- a) caixa e competência.
- b) competência e caixa.
- c) orçamentário e patrimonial.
- d) competência e competência.
- e) patrimonial e orçamentário.



GABARITO



1. D
2. D
3. E
4. C
5. B
6. D
7. E
8. C

9. E
10. C
11. A
12. A
13. C
14. D
15. A



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.